

O INSTITUTO MEIRA MATTOS DA ECEME E O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

RICHARD FERNANDEZ NUNES – CORONEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO, CHEFE DO INSTITUTO MEIRA MATTOS

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é registrar analiticamente a trajetória que conduziu à criação do Instituto Meira Mattos (figura 1) da ECEME, publicada na Portaria Nº 724-Cmt Ex, de 6 de setembro de 2012¹, bem como relacionar essa iniciativa à transformação em curso no Exército Brasileiro, enfatizando o vetor educação e cultura deste processo.



Figura 1: logotipo do Instituto Meira Mattos

ANTECEDENTES

O sistema de ensino do Exército Brasileiro (EB) tem se constituído em alicerce da evolução institucional e de sua contínua adaptação às demandas de preparo e emprego características de cada momento histórico. A esse sistema a Instituição tem conferido permanente prioridade, materializada na alocação de recursos de toda ordem, particularmente no que se refere à seleção de instrutores e professores. Essa política tem se refletido em reconhecida tradição de qualidade, tanto na linha bélica, quanto na científico-tecnológica, seja no âmbito nacional, seja no internacional. Cabe ressaltar que o desempenho acadêmico é componente relevante na avaliação da carreira militar e que os estabelecimentos de ensino do EB exercem papel fundamental na transmissão dos valores castrenses e no desenvolvimento da doutrina militar terrestre.

O fim da Guerra Fria e o reordenamento mundial decorrente, o extraordinário desenvolvimento científico-tecnológico e o processo de globalização observados no final do século passado colocaram modelos educacionais em discussão por todo o mundo. Estariam eles preparados para ajustar-se aos novos tempos e proporcionar ensino adequado aos desafios do terceiro milênio? No caso das escolas militares, clamavam por atenção conceitos estabelecidos por uma nova Revolução em Assuntos Militares (RAM), consubstanciados no chamado Pós-Modernismo Militar (PMM)², base para a análise das relações entre Estado, Forças Armadas e Sociedade em um mundo em transformação da era industrial para a era da informação e da interconectividade.

Antes mesmo de se consolidar o conceito do PMM, o EB já havia identificado a

¹ Publicada no Boletim do Exército nº 37, de 14 de setembro de 2012 (www.sgex.eb.mil.br).

² MOSKOS, Charles C., WILLIAMS, John Allen, SEGAL, David R., **The postmodern military: armed forces after the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

necessidade de ajustar seu sistema de ensino aos novos tempos, designando um grupo de trabalho para realizar estudo diagnóstico e propor medidas modernizadoras que resultassem em um modelo educacional relevante e adequado aos cenários a serem enfrentados pela Instituição.

O GTEME (Grupo de Trabalho para Estudo e Modernização do Ensino) iniciou seus estudos em 1995, vindo a apresentar relatório que fundamentou a adoção das Diretrizes para a Modernização do Ensino, baixadas pelo então Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)³, por meio da Portaria Nº 25, de 28 de julho de 1996.

O processo desencadeado a partir de então provocou sensível avanço pedagógico, em consonância com as melhores práticas observadas, o que permitiu aprimoramentos no sistema como um todo, introduzindo-se novos conceitos e ajustes organizacionais, dentre os quais podem ser destacados: o aluno como centro do processo ensino-aprendizagem, o papel facilitador do instrutor, o estímulo ao autoaperfeiçoamento e à busca do conhecimento, a interdisciplinaridade, o estudo de assuntos da atualidade e a adoção de programas de leitura e de técnicas de ensino mais dinâmicas e interativas.

Hoje, em face dos novos desafios suscitados pela conjuntura dos estudos de segurança e defesa e pelo Processo de Transformação do Exército⁴, pode-se considerar que a modernização do ensino cumpriu sua finalidade e chegou ao seu limite de inovação. É tempo, portanto, de se ingressar em um novo ciclo, em uma transformação do vetor educação e cultura.

MODERNIZAÇÃO DO ENSINO NA ECEME

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) tem por missão preparar o oficial de estado-maior, o assessor de alto nível, o comandante e o chefe militar, contribuir para o desenvolvimento da doutrina e conduzir a pesquisa em ciências militares. O trinômio ensino-doutrina-pesquisa conforma a visão de futuro da Escola, no sentido de se constituir em centro de excelência reconhecido como um dos melhores do mundo nessas áreas de atuação.

Sendo o estabelecimento educacional de mais alto nível do Exército, a ECEME experimentou as modificações decorrentes da modernização do ensino. O que a distinguiu das demais escolas do EB foram duas iniciativas de grande relevância para o processo de implantação do Instituto Meira Mattos: a criação do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) e a adoção de um programa de pós-graduação (PPG).

O CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA ECEME

O CEE foi estabelecido por diretriz do Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), de 31 de março de 2000. Tratava-se de uma tentativa alinhada com a modernização do ensino no sentido de se implantar, na ECEME, um órgão especificamente voltado para a realização de estudos de natureza estratégica, de interesse para a Força como um todo e para a Escola em particular, de modo a se obterem respostas mais adequadas ao acompanhamento da conjuntura e à prospecção de cenários relacionados com a Segurança e a Defesa Nacional e com a evolução das Ciências Militares.

Três anos mais tarde, a criação do Centro de Estudos Estratégicos do Exército

³ O DEP passou a denominar-se DECEX (Departamento de Educação e Cultura do Exército) em 2008. É o órgão de direção setorial responsável por todos os estabelecimentos e linhas de ensino do EB, com exceção do Instituto Militar de Engenharia (IME), que é subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia.

⁴ Processo que pretende conduzir o Exército ao patamar de força armada de país desenvolvido e ator mundial, calcado em nove vetores: Ciência & Tecnologia, Doutrina, Educação & Cultura, Engenharia, Gestão, Logística, Orçamento & Finanças, Preparo & Emprego e Recursos Humanos (www.exercito.gov.br/web/proforca/apresentacao).

(CEEEx)⁵, embrião da atual 7ª Subchefia do EME, com o objetivo de subsidiar o sistema de planejamento estratégico do Exército, por meio da elaboração de cenários prospectivos, impactou o pleno desenvolvimento do CEE/ECEME. Apesar de estar prevista naquela portaria a integração entre esses centros de estudos congêneres, o que se observou foi o esvaziamento do espectro de atuação deste último, devido à carência de definição mais precisa de suas atribuições.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ECEME

O PPG/ECEME foi estabelecido no ano de 2001 sob a responsabilidade da então criada Seção de Pós-Graduação, integrante da Divisão de Doutrina e, mais tarde, da Divisão de Ensino da Escola. A implantação desse programa também se coadunava com os estudos do GTEME, no sentido de se obter maior valorização para a carreira militar, por meio da busca de equivalência dos cursos de altos estudos militares com cursos civis de pós-graduação. Aos alunos do Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM) passou a ser dada a opção de elaborar trabalho de conclusão de curso (*lato sensu*) ou dissertação de mestrado (*stricto sensu*).

Cabe ressaltar que, no que diz respeito aos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, a Lei de Ensino do Exército⁶ lhes confere pleno reconhecimento junto ao Sistema Nacional de Educação. Quanto ao *stricto sensu* (mestrado e doutorado), o reconhecimento só ocorre mediante avaliação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A opção pela busca da equivalência dos cursos de altos estudos militares com cursos civis, ao invés do reconhecimento dos programas de pós-graduação da linha bélica de ensino, manteve a Instituição em um posicionamento autônomo.

Em 2005, teve início o programa de doutorado, do mesmo modo opcional para alunos do CEEM que, neste caso, ficam vinculados à ECEME por um terceiro ano, no qual retornam à Escola para a defesa de suas teses.

Em 2009, foi criada a CADESM (Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino Superior Militar)⁷, cuja ação sistemática tem contribuído para contínuos aperfeiçoamentos, incorporando práticas semelhantes às preconizadas pela CAPES. Após mais de uma década da implantação do PPG/ECEME, constata-se que houve avanços significativos na questão da obtenção da equivalência ou do reconhecimento dos cursos *stricto sensu*, mas a solução definitiva ainda está por ser alcançada.

Nesse ínterim, ocorreu a incorporação da Biblioteca 31 de Março, das seções de Pós-Graduação, de Publicações Científicas, e de Estratégia e Administração à estrutura do CEE. A interação com o meio acadêmico se tornou mais efetiva com a criação de um grupo de pesquisadores em Ciências Militares constituído por civis e militares, doutores, mestres e alunos de cursos de PPG oriundos das instituições de ensino superior (IES) parceiras da ECEME, o que melhorou qualitativamente a produção científica da Escola.

Essa reunião de capacidades de produção de conhecimento no CEE, além de conferir maior relevância ao órgão, modificou a sua natureza, aproximando-o do modelo de um instituto, e fez surgir a ideia de criação de um curso novo a ser por ele conduzido, passível de reconhecimento junto à CAPES e adequado ao novo panorama dos estudos de segurança e defesa do País.

⁵ Portaria Nº 051-EME, de 14 de julho de 2003.

⁶ Lei Nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999.

⁷ A criação formal ocorre por ato do Comandante do Exército dois anos depois (Portaria Nº 389, de 4 de julho de 2011).

ESTUDOS DE SEGURANÇA E DEFESA NO BRASIL

O cenário de mudanças descrito para o ambiente mundial com o fim da Guerra Fria foi potencializado, no Brasil, pelas iniciativas decorrentes da primeira edição de uma Política de Defesa Nacional (PDN, 1996) e da criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999. Desde então, a agenda nacional tem incorporado, com crescente relevância, a temática da segurança e da defesa, ampliando o envolvimento da sociedade nas questões que suscita.

O meio acadêmico tem ocupado espaço importante nessa agenda. A inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas no País pelo Conselho Nacional de Educação⁸, bem como a inserção, no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), de uma área de Defesa e Segurança Nacionais, com a previsão de recursos de fomento e de bolsas nacionais e internacionais junto ao CNPq e à CAPES, são marcos de um novo cenário para os estudos de segurança e defesa no Brasil.

Nesse contexto, surgiram iniciativas conjuntas do MD com o Ministério da Educação – Pró-Defesa⁹ – e com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Pró-Estratégia¹⁰. A ECEME tem participado do Pró-Defesa, em parcerias com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), de acordo com os editais de 2005 e 2008, coordenando oficiais selecionados para cursos de mestrado e doutorado naquelas instituições. No caso do Pró-Estratégia, teve três projetos de pesquisa acadêmica aprovados em 2012, tendo como parceiras a FGV, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Fundação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP).

Nesse panorama, cabe destacar a atuação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), que tem promovido encontros regionais e nacionais para a apresentação de trabalhos e a discussão de temas em mesas redondas. A ECEME tem comparecido aos encontros nacionais, realizados anualmente, com representações de instrutores, professores e alunos. Em sua sexta edição (São Paulo, 2012), coube à Escola a mais expressiva participação, com 25 trabalhos selecionados. Também relevante é a colaboração com a RESDAL (*Red de Seguridad y Defensa de América Latina*) na elaboração do Atlas Comparativo da Defesa na América Latina e Caribe.

Toda essa efervescência vem sendo acompanhada pela ECEME. Os intercâmbios estabelecidos com o meio acadêmico civil reforçam a ideia de que a inserção do Exército e da ECEME nesse ambiente seria muito mais consistente e paritária se respaldada por um programa próprio de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela CAPES.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Após a reedição da PDN em 2005, a publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, renovou o interesse pelo tema e passou a contribuir para colocar definitivamente os assuntos de segurança e defesa na pauta dos estudos acadêmicos do País. A END apresenta claras indicações para os sistemas de ensino das Forças Armadas, no sentido de valorizar a carreira militar e de promover maior interação com a sociedade, por intermédio do intercâmbio com o meio acadêmico e com institutos de estudos estratégicos e da incorporação de quadros civis capazes de contribuir com o esforço de disseminação de conhecimentos sobre defesa.

O envio da nova Política Nacional de Defesa (PND), da versão revisada da END e da proposta de Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) ao Congresso Nacional, em julho de 2012, consolida essa visão. Intercâmbio, participação e transparência são ideias-força que

⁸ Homologação de Parecer disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1295_01.pdf

⁹ Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional

¹⁰ Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional

permeiam esses documentos e que impactam diretamente a área educacional. A propósito do LBDN, cabe destacar a colaboração prestada pela ECEME à elaboração do texto, por meio da ação integrada e coordenada de seus oficiais pelo antigo CEE, seja na participação nas oficinas temáticas, seja na apresentação de artigos em seminário realizado¹¹.

As iniciativas da ECEME de contratação de professores e de oferecimento de cursos para alunos civis estariam, portanto, perfeitamente alinhadas com as ideias-força identificadas e seriam mais coerentes com a criação de um curso novo capaz de atrair quadros qualificados para interagir com os corpos docente e discente da Escola.

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO

A resposta do EB à evolução requerida pela END se consubstancia com a implementação do Processo de Transformação do Exército, lançado em 2010. O que se espera com esse processo é a adequação da Instituição à estatura político-estratégica visualizada para o Brasil nas próximas décadas: constituir-se em um dos polos do poder mundial. Entre os vetores que balizam essa transformação, que deverá permear as concepções política, estratégica, doutrinária, administrativa e tecnológica vigentes, o de Educação & Cultura tem a relevância de ocupar-se dos recursos mais valiosos da Força: seus talentos humanos.

O principal desafio preconizado para esse vetor é o de desenvolver a precária mentalidade de inovação diagnosticada nos quadros da Instituição. Aí talvez se encaixe a maior possibilidade de contribuição da ECEME para a transformação do Exército. Ideias inovadoras para a evolução da doutrina militar terrestre demandam pesquisa fundamentada em instrumentos pedagógicos e metodológicos apropriados e orientada por corpo docente convenientemente preparado. Dessa forma, a excelência de resultados, compatível com a visão de futuro da Escola, poderá ser efetivamente obtida.

Sendo a Escola de mais alto nível da linha bélica de ensino, a ECEME precisa transformar-se para auxiliar na transformação do Exército, tal é o efeito multiplicador que é capaz de provocar. Em suma, o aprimoramento da pesquisa e da pós-graduação da ECEME, particularmente com foco no caráter de inovação dos cursos *stricto sensu*, pode se constituir na medida de maior impacto transformador para o Exército, no que diz respeito ao vetor Educação & Cultura.

DIRETRIZ GERAL DO COMANDANTE DO EXÉRCITO¹²

A Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período 2011-2014 impõe ações a realizar na área de Educação e Cultura que indicam objetivamente o rumo a ser adotado nas atividades afetas à ECEME, não por acaso relacionadas com os processos que vinham sendo conduzidos pelo CEE: o incentivo ao estudo das disciplinas Estratégia, História Militar, Liderança, Gestão, Direito Internacional Humanitário¹³ e Relações Internacionais; o aprimoramento da pós-graduação; a viabilização do fomento à pesquisa científica; e a ampliação do intercâmbio com o meio acadêmico civil.

De modo explícito, determina a criação de cursos para civis, potenciais formadores de opinião, na ECEME. As questões de fundo são: que tipo de curso seria o mais adequado à conjuntura atual? Que perfil de estudantes buscaria esse tipo de oportunidade?

Em face das ideias até aqui expostas, a proposta de um curso novo com nível de pós-graduação *stricto sensu*, aproveitando-se as capacidades instaladas no CEE,

¹¹ Detalhes dessa participação disponíveis no Editorial da Coleção Meira Mattos, 3º Quadrimestre de 2011:

<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/74/110>

¹² Disponível em www.exercito.gov.br

¹³ Na ECEME, essa disciplina recebe a designação de Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA).

enriquecidas com professores civis criteriosamente selecionados, seria capaz de atrair estudiosos para os assuntos de segurança e defesa, desejosos de desenvolver competências para o prosseguimento da pesquisa científica e para a docência de nível superior, em suma, para a produção intelectual nessa área.

As Instruções Reguladoras do Sistema de Educação Superior Militar no Exército, baixadas pelo DECEX¹⁴, alinham-se com a Diretriz do Comandante do Exército. O §5º do Art. 36 dessas normas trata especificamente da oferta dessa oportunidade na ECEME, prevendo essa missão para o Instituto Meira Mattos, cuja criação já se antecipava, bem como da possibilidade de obtenção de reconhecimento de um curso novo junto à CAPES.

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO MEIRA MATTOS (IMM)

A ideia de criação de um instituto subordinado à ECEME, por evolução do CEE, com o propósito de aperfeiçoar os processos de ensino e pesquisa afetos àquele centro, toma corpo a partir de 2010. Com essa iniciativa, a Escola seria capaz de preservar a autonomia de seus cursos regulares da linha bélica, destacando de sua estrutura um órgão dimensionado para interagir com a CAPES e com as demais agências de fomento, para realizar permanente interface com o meio acadêmico e para incorporar docentes e discentes civis.

No primeiro semestre de 2011, ideias deram lugar a ações e a proposta de criação do IMM foi formalizada para as chefias do DECEX e da DESMil¹⁵, contando com imediata aceitação e aprovação para o prosseguimento do processo. Resistências à iniciativa foram percebidas de modo difuso na Instituição, normalmente relacionadas com a desconfiança de que os cursos regulares da Escola pudessem sofrer com a perda de relevância e com ingerências estranhas à autonomia garantida pela Lei de Ensino do Exército. Campanha de conscientização do público interno desvaneceu tais reações, na medida em que foram apontadas mudanças positivas para o ensino global da Escola, provocadas pelo ambiente de transformação encarnado pela estruturação dos processos do IMM, bem como restou esclarecido que somente o novo curso de pós-graduação *stricto sensu* seria submetido ao reconhecimento da CAPES.

A escolha do nome do instituto é esclarecedora de sua natureza e das expectativas em torno do papel que deve desempenhar. Por que Meira Mattos? O General Meira Mattos é exemplo de soldado e de acadêmico, da conciliação de duas competências simbólicas para os propósitos do Instituto. Doutor em Ciência Política e um dos principais formuladores do pensamento geopolítico e estratégico brasileiro, Meira Mattos trilhou brilhante carreira militar, tendo combatido na II Guerra Mundial e comandado a Brigada Latino-Americana da Força Interamericana de Paz (presente na República Dominicana em 1965) e a Academia Militar das Agulhas Negras.

A estrutura organizacional do IMM reflete os processos que lhe compete conduzir e é a constante da figura 2, a seguir:

¹⁴ EB60-IR-57.002 (Instruções Reguladoras do Sistema de Educação Superior Militar no Exército: Organização e Execução), de 30 de abril de 2012.

¹⁵ Diretoria de Educação Superior Militar (antiga Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento): diretoria do DECEX à qual estão subordinados os estabelecimentos de ensino superior do EB, entre os quais a ECEME.

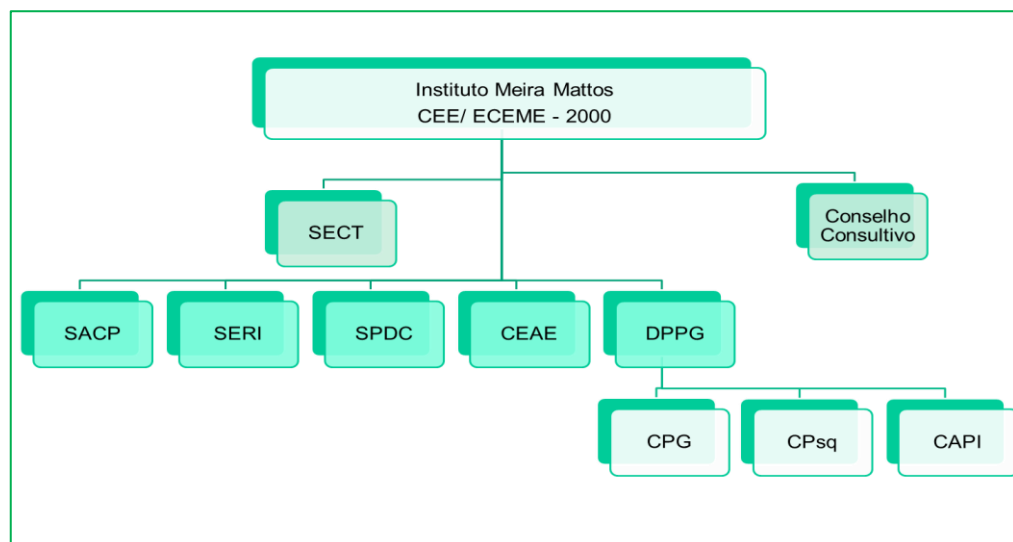


Figura 2: organograma do Instituto Meira Mattos

Legenda:

- SACP – Seção de Acompanhamento da Conjuntura e Prospecção
- SERI – Seção de Eventos e Relações Interagências
- SPDC – Seção de Produção, Divulgação e Catalogação
- CEAE – Coordenadoria de Ensino de Assuntos Estratégicos
- DPPG – Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
- CPG – Coordenadoria de Pós-Graduação
- CPsq – Coordenadoria de Pesquisa
- CAPI – Coordenadoria de Apoio à Pesquisa e à Inovação

À SACP competem basicamente as missões anteriormente atribuídas ao CEE, no momento de sua criação no ano 2000, com exceção da organização de eventos. Em estreita ligação com o Centro de Inteligência do Exército e com a 7ª Subchefia do EME, acompanha as conjunturas nacional e internacional, elabora estudos de nível político-estratégico do interesse do MD e da Força e participa do GT LINCE, grupo de trabalho encarregado de monitorar os cenários prospectivos que fundamentam o planejamento estratégico do Exército. Compete, ainda, aos integrantes desta seção conduzir as discussões de assuntos da atualidade junto ao corpo discente e contribuir com outras seções de ensino da Escola.

A SERI tem por atribuição desenvolver intercâmbios e ligações com instituições militares e civis, com o meio acadêmico e com os institutos congêneres, nacionais e estrangeiros, buscando a realização de eventos e atividades que envolvam essas organizações, tais como: congressos, seminários, jornadas e ciclos de estudos. Na ECEME, é encarregada da organização de jornadas semestrais e dos ciclos anuais de estudos estratégicos, do congresso bienal das Ciências Militares e de eventos extraordinários atribuídos ao IMM.

A missão da SPDC é disseminar o conhecimento científico na área das Ciências Militares e da Defesa e Segurança Nacionais, por intermédio de revistas, livros, capítulos de livros, resumos de periódicos e anais de congressos, seminários, jornadas e ciclos de estudos, bem como responder pelas atividades de catalogação, armazenamento, recuperação e fomento do acervo da Biblioteca 31 de Março. No que diz respeito à produção e à divulgação, ela presta apoio à BIBLIEx na preparação da revista “A Defesa Nacional”, administra a seção “De Olho no Mundo”¹⁶ e elabora a Coleção Meira Mattos – Revista das Ciências Militares.

A CEAE surgiu da transformação da antiga Seção de Estratégia e Administração, a partir de profunda mudança de perspectiva. Seus instrutores não mais constituem

¹⁶ Coletânea de artigos disponível no site da ECEME:
<http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php/publicacoes/de-olho-no-mundo>

“quadras”¹⁷ de ensino, mas coordenam disciplinas para as quais concorrem professores civis e instrutores dos mais diferentes perfis: militares da ativa, da reserva e de nações amigas. Assim, o ensino de Estratégia, Política, Geopolítica, Relações Internacionais, Liderança, História Militar, Direito Militar (incluindo o DICA) e Ciências Gerenciais pode contar com o que a Escola tem de melhor para conduzi-lo. Com essa nova sistemática, a CEAE se constitui em autêntico elo de conhecimento entre os cursos regulares da Escola e o novo curso de mestrado a cargo do IMM, devido ao caráter transversal que lhe é conferido pelos assuntos e disciplinas comuns a ambos os currículos.

O DPPG decorre da evolução da Seção de Pós-Graduação, passando a contar com coordenadorias responsáveis pelos seus três processos fundamentais: a pesquisa científica, os programas de pós-graduação e a obtenção de apoio à pesquisa e à inovação. A transversalidade também é uma marca do DPPG, uma vez que, simultaneamente, conduz os programas de pós-graduação *lato sensu* correspondentes aos cursos regulares da Escola (CPEAEx e CAEM) e o novo programa *stricto sensu* a cargo do IMM.

Quanto ao Conselho Consultivo, sua constituição por notáveis acadêmicos e chefes militares reveste-se de especial relevância para o processo de implantação e para a evolução do IMM, pois as orientações e recomendações dos conselheiros provocam reflexões para a consolidação de fundamentos mais sólidos e para eventuais correções de rumo. São os seguintes os integrantes do Conselho Consultivo do IMM:

- Gen Ex Alberto Mendes Cardoso - antigo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e professor emérito da ECEME;
- Profª Drª Bertha Koiffmann Becker - UFRJ;
- Prof Dr Carlos Ivan Simonsen Leal - Presidente da FGV e professor emérito da ECEME;
- Prof Dr Eliézer Rizzo de Oliveira - Vice-Presidente da ABED;
- Prof Dr Eurico de Lima Figueiredo - INEST/UFF;
- Prof Dr Ives Gandra da Silva Martins - professor emérito da ECEME;
- Gen Div José Carlos Albano do Amarante - antigo comandante do IME;
- Profª Drª Maria Regina Soares de Lima - IESP/UERJ;
- Gen Ex Paulo Cesar de Castro - antigo chefe do DECEX e professor emérito e antigo comandante da ECEME;
- Gen Div Ulisses Lisbôa Perazzo Lannes - professor emérito da ECEME.

A IMPLANTAÇÃO DO IMM

As medidas para a implantação do IMM tiveram início no segundo semestre de 2011. Quatro professores civis com título de doutorado foram contratados, após criteriosa seleção, dentre diversos candidatos. O aspecto mais significativo da análise dos currículos e das entrevistas foi a busca da abordagem multidisciplinar e do comprometimento com o desafio de se criar um curso absolutamente novo.

As áreas de conhecimento contempladas com as contratações foram: a Ciência Política, a História Militar, a Administração Pública, a Economia de Defesa e as Relações Internacionais. Da interação dos professores com os instrutores da Escola surgiram condições ideais para a elaboração do currículo a ser proposto.

Paralelamente, foram elaborados projetos para a adequação das instalações e para a reestruturação da biblioteca, necessários para se atender a requisitos da CAPES, no que se refere às condições de orientação aos alunos e de suporte à pesquisa. Recursos financeiros repassados pelo DECEX e outros próprios da Escola permitiram a aquisição de modernas estantes deslizantes que dobraram a capacidade da biblioteca, que já se encontrava exaurida com o acervo de cerca de 27 mil itens, bem como melhoraram substancialmente a qualidade de armazenamento de várias obras raras e de centenas de monografias. A esse

¹⁷ Sistema tradicional na ECEME, em que a transmissão dos assuntos e temas se encerra nos membros de cada seção de ensino, reproduzindo-se, simultaneamente, nas quatro salas de aula em que cada turma se divide.

respeito, vale destacar a desclassificação de 310 trabalhos sigilosos em consequência de análise procedida após a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação¹⁸.

Outro projeto iniciado foi o de aperfeiçoamento da revista científica quadrimestral da Escola por meio da incorporação de um sistema eletrônico de editoração com ampla utilização no meio acadêmico: o *Open Journal Systems, software* desenvolvido pela Universidade British Columbia para a construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas, que foi traduzido e adaptado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Com essa iniciativa, espera-se melhorar o processamento dispensado aos artigos propostos para publicação, de modo a se obter classificação mais elevada no sistema Qualis de avaliação de periódicos científicos.

Parceria com o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) permitiu a inserção da versão eletrônica da Coleção Meira Mattos – Revista das Ciências Militares no site do EB, aumentando consideravelmente o acesso ao periódico e, desta forma, a disseminação do conhecimento, a visibilidade e a transparência institucional.

No início do ano letivo de 2012, foi estabelecido projeto-piloto do curso de mestrado acadêmico a ser proposto, com base na adaptação do programa de pós-graduação existente. Desse modo, conforme edital específico, vinte alunos do 1º ano do CCEM (cerca de 15% do efetivo da turma) tiveram seus projetos de pesquisa selecionados, dentre os candidatos que se apresentaram e, paralelamente ao curso regular, começaram a frequentar as aulas do curso de mestrado que vinha sendo preparado pelo IMM. Isso demandou considerável esforço da Escola, no sentido de se planejar as atividades de ensino com a inclusão da nova demanda gerada.

APLICATIVO PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS (APCN)

O projeto-piloto desencadeado constituiu o fundamento para a elaboração da proposta de curso novo apresentada à CAPES, em 27 de junho de 2012, por meio do preenchimento do APCN. O protocolo gerado deu início ao processo de reconhecimento com vistas a se conduzir o programa com a inclusão de alunos civis a partir de sua aprovação.

O curso foi concebido como de mestrado acadêmico, em vez de profissional, basicamente devido ao propósito de atrair estudiosos de origem multidisciplinar, sem uma necessidade claramente definida de capacitação profissional, bem como de orientar o IMM para a futura criação de um programa de doutorado. Esta alternativa evita apelos por aplicação imediata próprios do pragmatismo, buscando a consolidação de contribuição mais sólida para o avanço da pesquisa em Ciências Militares, objetivo de maior relevância para a sociedade brasileira.

O curso de mestrado acadêmico em Ciências Militares foi dimensionado com um total de 25 créditos. A caracterização de sua área de concentração e de suas linhas de pesquisa, resumida no quadro 1, a seguir, atesta a dimensão transversal do IMM, uma vez que os assuntos objeto de estudo guardam estreita ligação com os cursos tradicionalmente conduzidos na ECEME, o que em muito facilita a inserção do novo curso no contexto da Escola.

¹⁸ Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA	ASSUNTOS	
DEFESA NACIONAL	Gestão da Defesa	1.Gestão	de Organizações Militares
			Orçamentária e Financeira
			de Saúde
			de C&T
		2.Gestão Pública	
		3.Liderança Estratégica e Militar	
	4.Gestão de Processos		
	5.Gestão de Projetos		
	6. Política Industrial para a BID		
	Estudos da Paz e da Guerra	1.Doutrina Militar	Preparo e Emprego da Força Terrestre
			Mobilização
			Sistemas Operacionais
			Operações Conjuntas
		2.Segurança e Defesa	
		3.Geopolítica e Estratégia	
		4.Estudos Prospectivos	
		5.Relações Internacionais	
		6.História Organizacional e Militar	

Quadro 1: área de concentração, linhas de pesquisa e assuntos do Programa de pós-graduação em Ciências Militares

Treze disciplinas foram estruturadas, sendo oito obrigatórias e cinco optativas. As ementas correspondentes, produto da interação dos professores contratados com os instrutores da Escola e da combinação de modernas abordagens com uma tradição centenária, conferem ao curso conteúdo singular, capaz de proporcionar oportunidade única a estudiosos da segurança e defesa nacionais, o que atende à crescente demanda da sociedade brasileira por essa área do conhecimento.

O quadro 2, a seguir sintetiza o currículo proposto.

OBRIG 1	HISTÓRIA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO MILITAR
OBRIG 2	ESTUDOS DE SEGURANÇA E DEFESA
OBRIG 3	ADMINISTRAÇÃO EM AMBIENTES MILITARES
OBRIG 4	INDÚSTRIA DE DEFESA NO CONTEXTO INTERNACIONAL I
OBRIG 5	METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS MILITARES I
OBRIG 6	METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS MILITARES II
OBRIG 7	ESTRATÉGIA E DOCTRINA MILITAR CONTEMPORÂNEA
OBRIG 8	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA LOGÍSTICA DE DEFESA E NA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
OPTATIVA A	O BRASIL E AS GRANDES POTÊNCIAS
OPTATIVA B	GEOPOLÍTICA GLOBAL E REORDENAMENTO INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA
OPTATIVA C	GESTÃO ESTRATÉGICA
OPTATIVA D	INDÚSTRIA DE DEFESA NO CONTEXTO INTERNACIONAL II
OPTATIVA E	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA MILITAR

Quadro 2: Disciplinas oferecidas no mestrado acadêmico em Ciências Militares

A abrangência multidisciplinar decorrente da complexidade de definição das áreas de estudo das Ciências Militares está patente. Espera-se que a diversidade metodológica e a interação de profissionais de formação distinta, ao invés de empecilhos, sejam catalisadores da reflexão teórica necessária à construção do conhecimento desejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de criação e implantação do IMM apresentada neste artigo pontuou a perfeita sintonia dessa iniciativa com a atual conjuntura dos estudos de segurança e defesa e das ciências militares, bem como a busca de alinhamento político-estratégico com as demandas de participação da sociedade brasileira nessa temática, expressas na PND, na END e no LBDN, textos recentemente encaminhados à apreciação do Congresso Nacional.

Mais particularmente, foi propósito deste trabalho caracterizar a implantação do IMM como pronto acatamento às diretrizes emanadas do Comandante do Exército e dos escalões superiores, além de relevante contribuição da ECEME para o Processo de Transformação do EB, uma vez que as atividades do Instituto criado imprimem ao vetor Educação & Cultura marcas de inovação que podem se constituir em novo paradigma para a valorização dos recursos humanos do Exército e para a colaboração civil-militar em temas de interesse para a Defesa Nacional.

Os resultados alcançados até o momento estão plenamente compatíveis com os planejados. Os benefícios já auferidos pela ECEME a aproximam de sua visão de futuro, mas as perspectivas relacionadas com o pleno funcionamento do curso de mestrado acadêmico são ainda mais animadoras.

Em suma, o Instituto Meira Mattos da ECEME insere positivamente o Exército no cenário nacional e internacional dos estudos de Segurança e Defesa e representa uma contrapartida da Instituição para a sociedade brasileira, em momento histórico de profundas transformações, em que intercâmbio e diálogo são ideias-força para a construção de um País desenvolvido e provido de adequada capacidade de defesa ante as incertezas do porvir.

SOBRE O ARTIGO E O AUTOR

Citação:

NUNES, R. F. O Instituto Meira Mattos da ECEME e o Processo de Transformação do Exército Brasileiro. **Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares**. Volume 2, nº 26, 2º quadrimestre. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

Resumo:

O propósito deste artigo é registrar analiticamente a trajetória que conduziu à criação do Instituto Meira Mattos da ECEME, publicada na Portaria Nº 724-Cmt Ex, de 6 de setembro de 2012, publicada no Boletim do Exército nº 37, de 14 de setembro de 2012, bem como relacionar essa iniciativa à transformação em curso no Exército Brasileiro, enfatizando o vetor educação e cultura deste processo.

Palavras-chaves: Instituto Meira Mattos, modernização do Exército Brasileiro, pós-graduação militar.

Autor:

RICHARD FERNANDEZ NUNES – Coronel do Exército Brasileiro, Chefe do Instituto Meira Mattos

Contato:

Email: richardfn@zipmail.com.br

Endereço para correspondência:

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)

Praça General Tibúrcio, 125 Urca Rio de Janeiro RJ CEP: 22.290-270

Recebido em outubro de 2012.

Aprovado para publicação em novembro de 2012.